24.04.2025

Diretor
André Macedo
Subdiretores
Lígia Simões
e Ricardo
Santos Ferreira

Advisory

Caderno publicado como suplemento do Jornal Económico nº 2299. Não pode ser vendido separadamente.

Indefinição política ameaça infraestruturas nacionais

Investimento ■ Este ano e o próximo serão decisivos para demonstrar ao mercado que Portugal consegue fazer sair do papel projetos estratégicos e estruturais. Especialistas defendem que legislativas antecipadas e tensão política não devem impedir projetos.

"Temos de criar plataformas de comunicação que permitam acabar com aquela vergonha à porta da AIMA"

CRISTINA BERNARDO

João Massano ■ A primeira prioridade do novo bastonário é apostar na digitalização, internamente, para servir a classe, mas também para criar canais com o Estado que permitam acelerar a resolução de problemas de sobrelotação, como os da AIMA e dos Registos e Notariado. Quer ainda que os políticos assumam apostas na justiça. E vai pressionar o Governo para rever os estatutos da Ordem dos Advogados, a tabela de honorários e avançar uma solução para a previdência. P.4

Maria José Barros
Como o digital está a facilitar a vida a empresas e cidadãos
Opinião ■ P.8

Mercado espera pelas legislativas para ter definição política e medidas no terreno

Habitação ■ P.7

AAMT Legal funda aliança internacional e passa a ser Ethikos Lawyers Portugal

Mercado ■ P.7

Estado confisca mesmo na morte ou prescrição

Proposta ■ O Governo aprovou um anteprojeto de lei, a submeter a discussão pública, que aprofunda o mecanismo da perda clássica e alargada de bens a favor do Estado, incluindo após os crimes prescreverem ou os arguidos morrerem. O documento resultou de um grupo de trabalho constituído por juristas e magistrados. Será o próximo Governo a decidir "a sequência a dar ao anteprojeto", disse a ministra da Justiça.

Deloitte Legal assessora venda da Gramperfil

Negócio ■ A sociedade de advogados Deloitte Legal prestou assessoria jurídica à empresa portuguesa de transformação de aço e alumínio Gramperfil na sua venda à CSN Steel, subsidiária espanhola do grupo brasileiro Companhia Siderúrgica Nacional.

Cuatrecasas fatura mais 12,2% em 2024

Crescimento ■ Foi o crescimento mais elevado dos últimos cinco anos e elevou a fasquia para 436,1 milhões de euros. Sociedade espera atingir 500 milhões em três anos. Número de colaboradores aumentou 4,2%, para 1.990.

Garrigues assessora compra da DemystData

Negócio ■ As sociedades de advogados Garrigues e Cooley LLP assessoram a tecnológica portuguesa Feedzai na compra da empresa australiana DemystData, um negócios de 100 milhões de dólares.

Sofia Côrte-Real
Jurista na MMR Legal Services

A fiscalidade ao serviço da inovação

Num mundo cada vez mais movido pela inovação, a competitividade das empresas mede-se, em grande parte, pela sua capacidade de transformar conhecimento em valor. É neste contexto que, em 2025, o regime fiscal do *Patent Box* ganha destaque em Portugal como uma ferramenta poderosa – ainda que pouco explorada – ao serviço da política fiscal. Previsto no artigo 50.º-A do Código do IRC, este regime permite excluir até 85% dos rendimentos líquidos obtidos com a exploração de determinados ativos de propriedade intelectual da base tributável. Na prática, as empresas pagam imposto apenas sobre os 15% restantes, o que se traduz numa taxa efetiva muito inferior à taxa nominal.

É, sem dúvida, um incentivo fiscal de excelência.

No entanto, como acontece em tantas áreas da fiscalidade portuguesa, o que é excelente na teoria acaba muitas vezes por tropeçar na complexidade da aplicação prática. Este regime aplica-se apenas a patentes registadas, modelos ou desenhos industriais protegidos e software devidamente registado como obra sujeita a direitos de autor. Mas não basta possuir estes ativos: é essencial que estejam registados junto de entidades oficiais, como o INPI [Instituto Nacional da Propriedade Industrial], o EUIPO - Instituto da Propriedade Intelectual da União Europeia, o IGAC [Inspecção-geral das Actividades Culturais] ou a ASSOFT. Além disso, os rendimentos devem resultar de uma exploração comercial efetiva – como contratos de licenciamento ou cessão – e todas as despesas de investigação e desenvolvimento associadas ao ativo têm de estar cuidadosamente identificadas e contabilizadas.

SHUTTERSTOCK

E é justamente aqui que surge uma das principais barreiras à adoção do *Patent Box*. O seu enquadramento legal exige um nível de formalismo e sofisticação que, na prática, acaba por excluir a maioria das empresas portuguesas.

De acordo com o chamado *Modified Nexus Approach*, alinhado com as diretrizes da OCDE [Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico], o benefício fiscal é proporcional ao esforço de I&D realizado pela própria entidade que beneficia do regime. Embora esse critério seja justo do ponto de vista concetual, na prática exige um grau de organização contabilística e jurídica que muitas empresas – sobretudo pequenas e médias – ainda não conseguem garantir.

Ora, em Portugal, 99% do tecido empresarial é composto por PME [pequenas e médias empresas]. Apesar da sua capacidade de inovação e resiliência, a verdade é que a maioria destas empresas não tem os seus ativos de propriedade intelectual protegidos ou sequer registados. Seja por falta de conhecimento, recursos ou estratégia, muitas inovações feitas em solo nacional não estão legalmente salvaguardadas – o que impede as empresas de sequer considerar o aproveitamento do *Patent Box*.

O resultado é um paradoxo difícil de ignorar: temos à disposição um benefício fiscal moderno, com potencial para transformar conhecimento em vantagem competitiva, mas que está, na prática, fora do alcance de quem mais poderia beneficiar dele. É inegável que o *Patent Box* representa uma oportunidade concreta para empresas tecnológicas, centros de I&D, *startups* e criadores de *software* – desde que cumpram os requisitos. Porém, a sua aplicação exige uma abordagem multidisciplinar e integrada - que envolva componentes jurídicas, fiscais, contabilísticas e estratégicas - algo que ainda está longe de ser uma realidade generalizada no tecido empresarial português.

Portugal não se pode dar ao luxo de manter este regime na prateleira. Ignorá-lo é desperdiçar uma ferramenta eficaz, legítima e alinhada com as melhores práticas internacionais. Mas mais preocupante do que ignorar o *Patent Box* é mantê-lo inacessível à maioria. Num momento em que o país atravessa possíveis mudanças no seu rumo político, é fundamental que o próximo Governo vá mais além: que não se limite a manter regimes como este, mas que trabalhe para democratizar o acesso à proteção da propriedade intelectual – através de apoios concretos ao registo, simplificação dos incentivos fiscais e programas de capacitação específicos para PME.

Só assim será possível fazer do *Patent Box* uma verdadeira alavanca de crescimento económico, inovação e internacionalização. O conhecimento é o novo petróleo. Mas, ao contrário do petróleo, não basta encontrá-lo – é preciso saber extraí-lo, refiná-lo e protegê-lo.

JE LAB X Clarenet

A tecnologia (sempre) ao serviço das pessoas

Na Claranet Portugal, a tecnologia está ao serviço das pessoas – e não o contrário. Num setor marcado pela transformação constante, a empresa aposta num modelo de trabalho híbrido, que conjuga liberdade com proximidade, inovação e autonomia para atrair e reter talento.

Num setor altamente competitivo como o tecnológico, quais têm sido as apostas da Claranet Portugal para atrair e reter talento qualificado?
Temos apostado numa proposta de valor diferenciadora, autêntica e alinhada com as expectativas de quem queremos atrair e reter. A escassez de talento em áreas como Cloud, DevOps, Data ou Cibersegurança exige proporcionarmos a participação em projetos tecnologicamente relevantes, num ambiente colaborativo, inovador e de aprendizagem. Investimos numa cultura ágil, flexível e de proximidade, onde a autonomia e a responsabilidade coexistem. Valorizamos competências individuais que se complementam, e mantemos uma escuta ativa constante para ajustar práticas e oferecer experiências que façam sentido para atrair e fidelizar talento.

Como é que a Claranet Portugal tem conseguido manter uma cultura organizacional forte num contexto de trabalho híbrido e descentralizado? Que papel têm as ferramentas tecnológicas nesta nova realidade?
Na Claranet Portugal, manter a cultura num contexto híbrido exigiu-nos uma abordagem intencional e alinhada com os valores da organização - acreditamos que a flexibilidade e a responsabilização não se definem apenas com regras e políticas, vivem-se no dia-a-dia, através de práticas consistentes, começando nas nossas lideranças e numa comunicação próxima e regular. As ferramentas tecnológicas têm tido um papel crítico neste processo: utilizamos plataformas de colaboração que permitem manter a proximidade, independentemente da localização geográfica, reforçando a comunicação interna, apoiando o trabalho de equipa e o feedback. Sabemos que num regime de teletrabalho existe mais flexibilidade, maior conciliação pessoal/profissional, uma eventual poupança de tempo e/ou dinheiro em deslocações e mais facilidade para realizar tarefas de maior concentração. Por outro lado, a socialização no escritório contribui para o desenvolvimento de relacionamentos interpessoais, troca de ideias, inovação, feedback, aprendizagem e um sentido de comunidade que não existe num modelo 100% remoto. Procuramos incentivar estas idas ao escritório com a realização de eventos internos e iniciativas de saúde e bem-estar como consultas de medicina curativa, rastreios, palestras, quick massages e pequenos-almoços disponíveis duas vezes por semana.

Catarina Graça, Human Resources Director da Claranet Portugal

De que forma a Claranet Portugal tem integrado IA e analytics nos processos de Recursos Humanos?
Temos modernizado os nossos processos, com foco na digitalização e automação. Criámos um dashboard com indicadores que apoiam decisões em áreas como recrutamento, carreira, sucessão e engagement. Identificamos tendências e trabalhamos no mapeamento de competências, onboarding e previsão de saídas. Gostaríamos também de evoluir no sentido de explorar o potencial da IA para o matching de perfis com oportunidades internas em que utilizaríamos ferramentas para triagem no recrutamento, libertando tempo aos nossos recrutadores para investirem na relação com os candidatos e melhorar a sua experiência.

A adoção de ferramentas tecnológicas nos processos de RH traz inúmeras vantagens, mas também levanta desafios. Que benefícios e riscos identifica neste caminho de digitalização?
A digitalização dos processos de RH oferece vantagens claras: maior agilidade, acesso a dados em tempo real, melhoria na experiência do colaborador e maior capacidade de propor soluções de forma personalizada. No entanto, existem riscos que não podem ser ignorados, como os associados à privacidade de dados. No entanto, o principal desafio está na tentação de automatizar processos que exigem sensibilidade humana, como o feedback, a escuta ativa ou a gestão de conflitos. Na Claranet Portugal, procuramos encontrar o equilíbrio certo: a tecnologia ao serviço das pessoas e não o contrário.

A formação contínua é, muitas vezes, apontada como chave para a competitividade. Que estratégias têm adotado para garantir o desenvolvimento de competências técnicas e transversais ao longo da jornada dos colaboradores?
A aprendizagem contínua é central na nossa estratégia. Num setor em constante evolução, a capacidade de aprender mais rápido que o ritmo da mudança é uma vantagem competitiva. Promovemos formação técnica e comportamental, acesso transversal a plataformas digitais, iniciativas informais de aprendizagem e certificações. Temos ações regulares sobre o nosso portfólio e campanhas de sensibilização em cibersegurança. Acreditamos que a formação só é eficaz quando aplicada de forma prática, repetida e contextualizada. A evolução da organização depende do crescimento das suas pessoas.

Olhando para o futuro, que tendências antecipa na gestão de pessoas no setor tecnológico? Que novos perfis e competências estarão em maior destaque nos próximos anos?
Nos próximos anos, a gestão de pessoas será cada vez mais orientada para a personalização da experiência do colaborador, para a integração de tecnologia nos processos de decisão (para apoiar e não substituir as relações humanas) e para a continuação da promoção do bem-estar, em ambientes seguros e colaborativos. Antecipo uma valorização ainda maior das competências comportamentais, como o pensamento crítico, a empatia e a adaptabilidade. Em termos de perfis, continuaremos com uma procura reforçada por especialistas em AI, Data, Security e Cloud mas, na minha opinião, os mais relevantes serão os perfis híbridos – pessoas que combinam competências técnicas com capacidade de liderança, aprendizagem, visão estratégica e sensibilidade humana. Vivemos tempos em que o talento escolhe onde quer estar e as organizações têm de se preparar para ser verdadeiramente relevantes para as suas pessoas.

João Massano / Bastonário eleito da Ordem dos Advogados

■ A prioridade de João Massano como bastonário vai ser apostar na digitalização, internamente, para servir a classe, mas também para criar canais com o Estado que permitam acelerar a resolução de problemas de sobrelotação, como o da AIMA e dos Registos e Notariado. E vai pressionar o Governo para rever os estatutos, a tabela de honorários e a previdência.

"O poder político não se preocupa com a justiça, por isso é que não investe"

Ricardo Santos Ferreira
rsferreira@medianove.com

É a quarta vez consecutiva em que o titular da Ordem dos Advogados (OA) não é reeleito. Os advogados estão descontentes?
Eu penso que a insatisfação é clara. Pelo menos é claro que desaprovam os mandatos. Tirando o doutor António Marinho e Pinto, nenhum bastonário foi reconduzido; cada um deles terá razões específicas, mas, no geral, o que eu acho que tem acontecido é que, no fundo, tem havido muitas promessas que depois as pessoas olham e não são cumpridas durante os mandatos e esse acho que é o maior obstáculo à reeleição.

A posição dos advogados, muito dependentes do decisor político, influencia isso?
Ninguém pode negar a influência das reuniões com o decisor político e da forma como as coisas têm de ser conduzidas no sentido de tentarmos influenciar o poder político para tomar decisões que sejam, no fundo, aquelas que coincidem com os nossos interesses. Mas, de facto, acho que tem muito a ver com o que se promete às pessoas e acho que tem sempre havido promessas que estão no âmbito do poder político e não no âmbito do bastonário. Nós vamos tentar sempre influenciar, mas não fazemos promessas que dependem de terceiros e acho que isso é notório.

O decisor político tem um papel fundamental. Estamos à beira de eleições, já falou com os candidatos?
Temos um podcast em que vamos debater os programas para a justiça de todos os partidos com assento parlamentar e aí, naturalmente, também espero sensibilizá-los. Depois, vamos ter reuniões individuais com os partidos no sentido de os sensibilizar para a necessidade de olhar de outra forma para a justiça e também para os advogados, como é óbvio.

O que lhes vai perguntar e que mensagem lhes quer passar?
Diria, essencialmente, que gostava de ser uma espécie de cobrador. Repare que, relativamente aos partidos políticos que neste momento constituem a maioria na Assembleia [da República] que foi dissolvida, todos eles eram contra o atual estatuto [da Ordem dos Advogados], mas depois tiveram um ano em funções e ninguém tocou no assunto. Basicamente o que eu lhes queria perguntar era o que os terá feito mudar de ideias ou se pura e simplesmente acharam que não era relevante. É isso que lhes quero perguntar. Começaria por aí. E acho que esse é um dos temas que me preocupa muito e que está claramente na esfera do poder político.
Outra questão é, naturalmente, a da tabela [de honorários para os advogados oficiosos] e outra a da melhoria das condições em matéria de previdência. Acho que essas três temáticas são aquelas que mais dependem do poder político e que, naturalmente, a nossa influência ou pelo menos a nossa sensibilização deve ser para aí dirigida; duas que têm a ver com as nossas condições atuais e outra tem a ver com o futuro da profissão, que é a revisão do estatuto, que é essencial, atendendo que aquilo que existe não é suficiente para proteger o cidadão.

> **A Ordem pode e deve estabelecer contactos com o ministério no sentido de criar plataformas exclusivas, seguras, que garantam a integridade das comunicações, mas que permitam retirar aquela vergonha à porta da AIMA"**

Tendo isso em conta, quais são as prioridades que definiu para o seu mandato?
Temos de distinguir o que são promessas concretizáveis e o que são ações chamar-lhes-ia de sensibilização. As temáticas da CPAS [Caixa de Previdência dos Advogados e Solicitadores] e da previdência são importantes, assim como a questão da tabela e da melhoria das condições no sistema de acesso ao direito, agora, temos de distinguir. O bastonário não se pode comprometer a resultados, nem sequer a resultados mínimos; o que o bastonário tem é que levar as preocupações da classe e sensibilizar o poder político no sentido de ir ao encontro dessas necessidades. Como o estatuto, que é uma das matérias que me preocupa, diria que é uma das principais prioridades, mas infelizmente é uma daquelas que não posso resolver sozinho nem com o meu Conselho Geral.
Portanto, distinguimos estas das outras, e nas outras estão, por exemplo, a concretização da plataforma de arquivo dos DPA [documentos particulares autenticados], que é algo que não depende do poder político, está o advogado 360 [que reúne um conjunto de ferramentas para o exercício da advocacia], que é para nós uma das grandes novidades do nosso programa e que depende de nós e depende da nossa capacidade de concretização, não depende de terceiros. Estas duas, para mim, são muito importantes e revelam uma necessidade de adaptar a classe ao que aí vem. Depois, claro, não se pode fugir à inteligência artificial e à necessidade de falar com os *players* da inteligência artificial – as Microsoft, as Googles, etc. – no sentido de ver o que é que podem aportar à advocacia e em que medida é que a advocacia pode beneficiar com essa inteligência artificial, pensando essencialmente na advocacia em prática individual, porque as sociedades, naturalmente, têm os seus recursos, têm as suas ferramentas e não estarão dependentes da Ordem, mas a advocacia em prática individual está, e esse é o nosso foco.

Como pode a OA apoiar quem não tem a capacidade das grandes sociedades, ajudando a nivelar terreno?
Em primeiro lugar, é sempre importante sublinhar que eu próprio sou advogado em prática individual e não tenho essa capacidade para ter uma ferramenta no meu escritório sozinho, não tenho. O que nós pretendemos é o acompanhamento que nós achamos que deve existir do advogado pela sua Ordem, ou seja, as quotas têm de ter alguma utilidade e o advogado tem de o sentir no dia a dia. E a inteligência artificial é uma dessas ferramentas em que é essencial que a Ordem faça esse nivelamento e que permita a todos os que não têm recursos individualmente ter acesso, através da sua Ordem, a ferramentas que beneficiem a sua atividade e é por aí que nós queremos ir; é a OA ser a negociante com esses *players* no sentido de proporcionar as ferramentas aos seus advogados, principalmente àqueles que estão em prática individual e em pequenos escritórios. É por aí que tem de ir.

Defende a criação de redes de advogados para terem maior capacidade para aceder a

CRISTINA BERNARDO

recursos. É o tipo de iniciativa que a OA pode incentivar?
É uma ideia que eu já defendo há muitos anos e que acho que é um dos caminhos que permitirá uma sobrevivência com sustentabilidade financeira aos advogados em prática individual. Cada vez mais somos confrontados com questões muito complexas, que muitas vezes não temos tempo para estudar e que temos de perceber que, criando sinergias com colegas permite-nos tratar melhor os nossos clientes, e isso só é possível através de, quase, uma espécie de agrupamentos complementares de empresas, no fundo, sem o vínculo societário, mas permitindo a cada um de nós escolher os melhores parceiros para determinados processos. É poder dizer ao cliente que não se preocupe que eu trato do seu processo, ainda que possa não ser a minha área de trabalho preferencial, mas que tenho uma rede que me vai dar esse acompanhamento, e isso é fundamental para a sobrevivência e sustentabilidade financeira. E a Ordem pode e deve fomentar esse tipo de agrupamentos, através de fornecimento de ferramentas e incentivando as pessoas a coligarem-se, a fazerem uniões que permitam servir melhor o cidadão e as empresas, que é isso que se pretende.

Um dos problemas identificados é a falta de digitalização do setor, nomeadamente na interação com o Estado. Vai insistir na necessidade de modernização?
Temos duas vertentes da digitalização. Uma delas, que é essencial, é a digitalização interna. A própria Ordem, neste momento, não é um exemplo de digitalização, não existe uma comunicação digital entre os advogados e a sua Ordem. Esse é o primeiro ponto, internamente digitalizar os serviços e permitir uma ligação digital que facilite o trabalho de toda a gente, dos advogados, de quem trabalha no próprio Conselho Geral.

Depois, o que nós defendemos, como temos vindo a defender no Conselho Regional, é que é fundamental que haja plataformas exclusivas da Ordem de ligação às entidades públicas e que permitam aos advogados ter um atendimento e respeitar o seu atendimento preferencial. Por exemplo, o caso da AIMA [Agência para a Integração, Migrações e Asilo] é um caso claríssimo. A Ordem pode e deve estabelecer contactos com o ministério no sentido de criar plataformas exclusivas, seguras, que garantam a integridade das comunicações, mas que permitam retirar aquela vergonha à porta da AIMA todos os dias. Não é admissível continuar assim, não é admissível que continue a existir. Ainda existem serviços com limitações de senhas e isso é inadmissível e temos de pensar que cada advogado pode tramitar centenas de processos, ou seja, são centenas de pessoas que deixam de estar à porta da AIMA. E se nós ainda por cima tivermos um canal digital, facilita toda a gente e tem a chancela da OA, portanto este é um exemplo e depois podemos multiplicar por todas as entidades públicas, se houver canais.

Como o Registo e Notariado?
Claro, e a Segurança Social e a Autoridade Tributária. Os Registos e Notariado beneficiariam ainda mais do que qualquer outro serviço dado o caos em que se encontram mergulhados por falta de pessoal, falta de meios. Deve ser a própria Ordem a facilitar e a ser parte da solução, criando uma solução que permita uma comunicação mais rápida e fiável entre advogados e as entidades públicas. Isso é fundamental, parece-me que é óbvio. Se eu tenho uma pessoa que pode representar centenas, porque é que insisto em prejudicar esse canal de comunicação? Aí está o erro, há que retirar as pessoas e dar condições para que os advogados possam ser verdadeiramente representantes e resolver os problemas das pessoas.

É necessário investimento, mas há queixas num setor que tem muitas receitas próprias. Como se resolve, tendo em conta, também, o custo do acesso, que é elevado?
É elevadíssimo, proibitivo, mas neste momento, no fundo, se formos ver as receitas do Ministério da Justiça, a grande percentagem das despesas dos tribunais é suportada pelos registos e pelos emolumentos dos registos.

Eu acho que temos um problema maior, porque a suborçamentação e o subinvestimento abrange não só a justiça, mas também o setor público e os serviços associados à justiça, como IRN. O problema só se resolverá quando nós percebemos que a justiça deveria ser uma prioridade dos programas [políticos]. Basta olhar para a campanha eleitoral que está a decorrer para pensar que a justiça é fantástica, magnífica; ninguém fala dela, não é um problema, não é um e tema, e isto preocupa-me enquanto bastonário eleito da OA. Como é que um dos setores essenciais para a paz social não uma abordagem política na campanha eleitoral? Não houve um partido que falasse da justiça, exceto para falar incidentalmente da questão da corrupção. Parece que a justiça só é a corrupção. Ora, isto é claramente desvalorizar a justiça e continuar a tratar a justiça como um direito fundamental de terceira ou quarta categoria, e não ao lado da saúde e do ensino, que esses sim têm um relevo diferente. Não deveria ser assim, a justiça é fundamental e ou se percebe isso ou então vamos continuar a queixarmo-nos porque temos meios, não há meios, mas não há meios porque o poder político não se preocupa com a justiça, por isso é que não investe.

Vai ser empossado a 8 de maio. Quais são os primeiros passos e as primeiras medidas a tomar como bastonário?
Eu acho que o mais importante, a nossa prioridade é começar a digitalizar tudo o que seja possível o mais rapidamente possível, porque uma das coisas que nós queremos é não continuem as dificuldades de ligação à Ordem dos Advogados e isso resolve-se, ou pelo menos mitiga-se, com a via digital.
A digitalização tem de ser a prioridade e, depois, naturalmente, perceber em termos de recursos humanos e recursos tecnológicos o que é que existe e como é que podemos dimensionar a Ordem para que seja verdadeiramente uma Ordem ao serviço dos advogados e não uma ordem burocrática, porque um dos problemas – e o advogado 360 também preconiza isso – é colocar o advogado no centro da atuação da Ordem, e isso passa naturalmente pelos nossos recursos humanos, por motivá-los no sentido de trabalharem para o advogado e não, muitas vezes, de costas voltadas, como se não fosse o advogado o centro da nossa atuação. Isso é fundamental para nós.

Assista ao programa no seu smartphone através deste QR Code ou em www.jornaleconomico.pt

Crise política não deve parar investimentos em infraestruturas

Investimentos ■ Este ano e o próximo serão decisivos para demonstrar ao mercado que Portugal consegue fazer sair do papel projetos estratégicos e estruturais.

António Sarmento
asarmento@medianove.com

O Plano Nacional de Investimentos 2030 e o Plano Rodoviário Nacional são pilares para o investimento em infraestruturas. O primeiro tem como objetivo ser o instrumento de planeamento do próximo ciclo de investimentos estratégicos e estruturantes de âmbito nacional, para fazer face às necessidades e desafios da próxima década. O segundo constitui o instrumento regulador das infraestruturas rodoviárias nacionais, otimizando as condições da ocupação do solo e do ordenamento do território.

"As eleições perturbam a concretização de decisões necessárias. E este ano temos duas, uma prevista e outra imprevista. Veremos. Sem qualquer conotação pré-eleitoral, é mesmo preciso não parar os investimentos programados e em curso, seja quem for o governante. É importante que a alta velocidade se concretize e os concursos sejam bem-sucedidos, que o Corredor Internacional Sul comece a funcionar e que sirva mercadorias e passageiros. Também o alargamento do Metro de Lisboa e do Porto são fundamentais. E, claro, o novo aeroporto não pode desacelerar (ou melhor, tem de acelerar, pois 2031 está à porta) e o projeto da Parque Cidade do Tejo anunciado em março pelo Governo será (ou seria) um projeto fortemente mobilizador e com muito impacto económico-social", diz Ana Luísa Guimarães, Sócia da Gómez-Acebo & Pombo.

"Ainda que cooperação privada seja essencial, o pontapé de saída cabe ao Estado. Há outros setores com infraestruturas também relevantes e menos expostos, ainda assim, à iniciativa pública", acrescenta. Sobre se é necessário haver concentração no setor do transporte, Ana Luísa Guimarães, sublinha que o combate à pobreza de mobilidade é fundamental nas suas várias vertentes, como na sustentabilidade, na eficiência, na capilaridade e na descarbonização e inovação. "Creio que se vem fazendo bastante nos últimos tempos neste domínio. Mas é preciso mais. A dimensão dos sistemas e a escala não são o único elemento crítico. E, como em quase tudo, *one size does not fit all*. Os sistemas de transporte já têm uma dimensão relevante e os instrumentos para a agregação já existem. É preciso que se façam os diagnósticos certos e se adotem as medidas adequadas. O transporte público é uma condição essencial para o progresso económico", acrescenta a especialista.

Para Maria Zagallo, sócia da área de Público da PLMJ, no setor das infraestruturas de transporte, tudo aponta para um ciclo de crescimento e de investimento, com uma nova vaga de infraestruturas públicas anunciada para o curto prazo.

"Muitos dos novos projetos são adiados, mas que são agora recuperados e reformulados para corresponderem às necessidades e possibilidades do país. Este ano e o próximo serão decisivos para dar credibilidade a este pipeline, gerando confiança e demonstrando ao mercado, aos investidores e aos contribuintes de que Portugal consegue fazer sair do papel projetos estratégicos e estruturais, como a alta velocidade, a terceira travessia, o novo aeroporto e os novos terminais portuários", afirma Maria Zagallo, sócia da área de Público da PLMJ.

A especialista acrescenta que o Estado vai ser "preponderante e incontornável". "A sua iniciativa, ao nível da definição das políticas públicas, das prioridades e da estruturação e financiamento dos respetivos processos é, nas infraestruturas, insubstituível. E o que se pede agora é que, além de proativo e dinâmico, seja estável – pois só assim será verdadeiramente construtivo (e atrativo). Qualquer que seja o desfecho eleitoral, é fundamental que se continue a privilegiar a continuidade e a estabilidade, não cedendo, injustificadamente, à tentação de deixar uma nova marca ou descredibilizar o passado", sublinha Maria Zagallo.

Elton Gomes, Director Deal Advisory da KPMG Portugal, destaca os vários projetos aguardados com expetativa. "Falo da alta velocidade, dos temas da travessia do Tejo, das negociações do novo aeroporto ou do setor portuário. O setor privado, em especial fundos de infraestruturas especializados em investir neste tipo projetos, estão ávidos. Assim o Estado consiga criar as condições necessárias para que esse apetite se materialize em investimentos", diz Elton Gomes, Director Dealf Advisory da KPMG Portugal.

O especialista acrescenta que há um grande tema para o Estado se debruçar nos próximos anos: a renovação ou o fim das concessões. "Do lado do transporte de passageiros, o mercado está relativamente estabilizado e poderão haver pequenas transações de empresas pequenas a serem adquiridas por *players* de maior dimensão". Elton Gomes sublinha ainda a importância do mercado espanhol, onde irá haver concursos nos próximos dois anos para concessões de transportes ferroviários e rodoviários. "Podermos ver os nossos principais *players* a investir nessa expansão", conclui.

Alta velocidade, a terceira travessia, o novo aeroporto e os novos terminais portuários são projetos estratégicos para o País

Ana Luísa Guimarães
Sócia da Gómez-Acebo & Pombo

Maria Zagallo
Sócia da área de Público da PLMJ

Elton Gomes
Director Deal Advisory da KPMG Portugal

CRISTINA BERNARDO

João Pinheiro da Silva, sócio de Imobiliário da CMS Portugal, afirma que a incerteza retraiu setor imobiliário

Imobiliário ainda espera por medidas no terreno

Habitação ■ Programa da AD para a habitação teve melhor acolhimento do que o do PS, mas o mercado ainda espera para ver o que sairá das eleições legislativas e que medidas serão realmente concretizadas.

Ricardo Santos Ferreira
rsferreira@medianove.com

O setor imobiliário reagiu melhor ao programa "Construir Portugal", apresentado pelo governo de coligação PSD/CDS-PP, do que às soluções impostas pelo anterior governo com o programa "Mais Habitação".

O mercado reagiu de forma mais negativa ao programa do governo PS, pela incerteza e por medidas que reduziram a atratividade dos projetos. "O fim dos Vistos Gold associados à habitação, as restrições ao alojamento local e os limites ao aumento das rendas fizeram com que muitos investidores reavaliassem os seus planos de investimento em Portugal", explica ao Jornal Económico João Pinheiro da Silva, sócio de Imobiliário da CMS Portugal. "Houve muitos projetos suspensos e um claro abrandamento na dinamização do setor", acrescenta.

O programa "Construir Portugal" teve uma receção mais positiva pelo mercado, que destaca a aposta na promoção da oferta habitacional e na simplificação dos processos administrativos. "Vai ao encontro das preocupações há muito reclamadas pelos promotores. Ainda assim, o setor aguarda com expetativa pela implementação de mais medidas concretas no terreno", aponta João Pinheiro da Silva. "Ainda há bastante prudência. As boas intenções precisam de se traduzir em políticas operacionais eficazes", reforça.

Os maiores entraves assinalados pelo setor são a burocracia, que se mantém insistentemente no topo, com "processos de licenciamento longos e complexos, com prazos imprevisíveis que variam muito de município para município", depois a incerteza jurídica, porque "as alterações legislativas são frequentes e nem sempre claras, o que torna difícil a qualquer investidor planear a médio e longo prazo".

A fiscalidade também é uma queixa constante. "É um fator central para a viabilidade de qualquer projeto imobiliário. Atualmente, os promotores lidam com uma carga fiscal pesada – IMT, IVA, IMI e taxas municipais, entre outros – o que reduz significativamente as margens e desincentiva novos investimentos, sobretudo em segmentos menos lucrativos, como o do arrendamento acessível", diz Pinheiro da Silva. Agrava-se com a dificuldade no acesso ao financiamento.

Estes temas estarão em debate na conferência promovida pelo Jornal Económico e a CMS Portugal na próxima segunda-feira, 28 de abril, a conferência "Habitação depois de 18 de maio", que contará com a participação de Patrícia Gonçalves Costa, secretária de Estado da Habitação; Marina Gonçalves, deputada do PS e ex-ministra da Habitação; e Gonçalo Lage, deputado do PSD. Incluirá, também, um painel com agentes do setor em que serão debatidos os desafios que este enfrenta.

O presidente da Câmara Municipal de Lisboa, Carlos Moedas, fará o encerramento.

A conferência realiza-se no Auditório Rui Pena, na CMS Portugal, em Lisboa, a partir das 9h00.

Ethikos Lawyers Portugal é o novo 'player' do mercado de advocacia

Advocacia ■ Inês Azevedo e João Ascenso, fundadores da AAMTLegal, agora Ethikos Lawyers Portugal, revelam ao JE a estratégia e os objetivos da nova aliança internacional.

Inês Amado
iamado@medianove.com

A Ethikos Lawyers Portugal apresentou-se ao mercado da advocacia nacional no início de abril, sendo uma das peças de uma nova aliança internacional que une Lisboa, Bruxelas e Luxemburgo.

Por detrás do projeto em Portugal está a sociedade Azevedo Ascenso/AAMTLegal, com forte presença na área da Imigração e Direito Fiscal, fundada pelos advogados Inês Azevedo e João Ascenso em 2022. "O que nos propuseram era exatamente aquilo que estávamos à procura", diz Inês Azevedo ao Jornal Económico (JE). A ideia partiu de um dos sócios de uma sociedade no Luxemburgo.

"Foi um alinhamento de factos e coincidências. No início do ano passado, tivemos uma reunião estratégica interna, e uma das coisas que para nós era fundamental era termos uma presença internacional relevante", explica, por sua vez, João Ascenso. A pesar na decisão não esteve apenas a carteira de clientes empresariais com atividade naqueles dois países. A próxima década vai estar muito virada para o *compliance*. Bruxelas é, e será, um centro de decisão e, como tal, é fundamental aproximarmo-nos deste centro de tomada de decisão europeu", acrescenta a advogada.

A rede não está fechada e as próximas integrações na Aliança estão a ser estudadas. "A rede foi criada com o objetivo de a expandirmos". A meta está definida: "nos próximos 18 meses, temos esta missão de abrir, pelo menos, um novo escritório", explica. Espanha, Países Baixos e Reino Unido estão na *shortlist*, revelam os *managing partners* da Ethikos Lawyers Portugal.

Para já, os objetivos passam por crescer na dimensão europeia. Mas a porta não está fechada para outras regiões.

Atualmente, a equipa é composta por 18 pessoas, entre cinco sócios. Há margem para crescer - em sócios e áreas de prática -, mas o objetivo é manter-se na dimensão média. "Não queremos crescer desmesuradamente. É relevante para nós termos uma dimensão humana em que as pessoas todas se conheçam e que seja possível desenvolver relações pessoais e de confiança com todas as pessoas do escritório." "Acreditamos que a única forma de ser possível manter esta filosofia de qualidade nos recursos humanos e relações humanas é mantendo esta média dimensão", acrescenta Inês Azevedo, elegendo a formação contínua a todos os níveis entre as prioridades do escritório".

Inês Azevedo
Sócia na Ethikos Portugal (antiga AAMTLegal)

João Ascenso
Sócio da Ethikos Portugal

Ricardo Santos Ferreira e Inês Amado
rsferreira@medianove.com

A **Pérez-Llorca** nomeou **Sara Molina Pérez-Tomé** como sócia, uma profissional com duas décadas de experiência na área da transformação digital no setor jurídico. Vai liderara a promoção da área de Legal Tech e Transformação Digital, trabalhando em estreita colaboração com outras áreas de prática.

*

A **Antas da Cunha Ecija** promoveu a advogada **Tatiana Cardoso** a *professional partner* do *French Desk*, que passa a contar, também, com **Diogo Melo** como associado. A sociedade de advogados justifica o reforço da equipa com a evolução "consistente" da unidade de negócio, impulsionada pelo crescimento do investimento francês em Portugal.

Diogo Melo e Tatiana Cardoso

*

A **CMS Portugal** reforçou a equipa de sócios com **António Magalhães e Menezes**, da área de Direito Público, **Henrique Peyssonneau Nunes**, de Direito do Trabalho & Fundos de Pensões, que fizeram toda a carreira na sociedade de advogados. **José Manuel Silva Nunes**, de Imobiliário, está no escritório desde 2022 e também passa a sócio.

*

Joana Pinhal integra a equipa de Direito Societário, Fusões e Aquisições da **Eversheds Sutherland** como associada sénior. Traz experiência nas áreas de Private Equity e Venture Capital.

*

A **Miranda & Associados** promoveu oito associados e reforçou quatro áreas de prática.
Pedro Saraiva Nércio, no escritório desde 2019, passa a associado coordenador dde Fiscal, **Margarida Costa, Sandra**

Pedro Saraiva Nércio

Tavares Magalhães e Tereza Garcia André passam a associadas principais, **Duarte Mota**, **João Pires Teixeira e Nasser Bahadoorali** a associados seniores, e **José Diogo Sampaio** a associado.
De fora, **Joana Graça Moura** regressa como associada principal da equipa de Fiscal. **Luís Pinho Leite** junta-se à equipa de Comercial & Societário como associado, **Íris Paiva** também como associada da área de Imobiliário, e **João Bertholo Meireles** integra o departamento de Laboral e a equipa responsável por acompanhar a atividade da Miranda na Guiné Equatorial.

*

Alexandre Jardim deixou a PBBR para se tornar sócio da **Cerejeira Namora, Marinho Falcão**. Vai coordenar a área de Direito Bancário e Financeiro.
Foi também contratada **Ana Luísa Flores** para assumir a posição de Diretora de Recursos Humanos. **Nuno Cerejeira Namora**, sócio-fundador, afirma que é mais um passo para a profissionalização dos serviços da sociedade de advogados.

*

Ariana Maravilha e Mélanie Pereira

A **SRS Legal** reforçou a equipa de Fiscal com a contratação de **Mélanie Pereira**, que vem da KPMG, como consultora, e de **Ariana Caravela Maravilha**, que transita da Deloitte Legal, como associada.
Também reforçou a equipa de Tecnologia, Media e Telecomunicações e Proteção de Dados e Cibersegurança com a entrada de **Raquel Gomes Chainho** como associada.

Opinião

A vida mais fácil para empresas e profissionais

Maria José Barros
Secretária de Estado da Justiça

Sempre olhei para a transformação digital das áreas e serviços do Ministério da Justiça como uma forma de encurtar o caminho para respostas mais céleres e eficazes aos cidadãos e às empresas que deles precisam. A atualização automática dos atributos empresariais no Sistema de Certificação de Atributos Profissionais (SCAP), promovida pelo Registo Comercial da nomeação dos órgãos sociais, é um caso de sucesso nessa missão.

Três meses depois da entrada em vigor, os números falam por si: mais de meio milhão de profissionais e mais de meio milhão de empresas com a vida facilitada por menos burocracia.

O Sistema de Certificação de Atributos Profissionais (SCAP) permite aos cidadãos e aos titulares de cargos de direção ou administração de empresas associar atributos profissionais aos seus certificados digitais do cartão de cidadão e da chave móvel digital.

Com este mecanismo, o cidadão pode usar o cartão de cidadão ou a chave móvel digital para se autenticar (i.e., identificar-se eletronicamente) e assinar documentos digitais na sua qualidade profissional. No caso das empresas, a associação de atributos empresariais através do SCAP permite aos titulares de cargos de gerente, administrador e diretor fazer a autenticação e assinatura eletrónica, com certificação do cargo, sem necessidade de apresentar outros comprovativos. Graças ao SCAP, a interação entre as empresas e o Estado torna-se assim mais simples, digital e segura.

As vantagens são inúmeras: em primeiro lugar, possibilita a identificação digital do titular de cargo de direção ou administração de empresa, reduzindo o risco de fraude de identidade no acesso a serviços digitais; para além disso, reforça a segurança jurídica dos documentos eletrónicos, garantindo a sua integridade e autenticidade; e, ainda, reduz encargos e custos relacionados com a distância e disponibilidade dos serviços públicos e privados. Mais ainda, a certificação da qualidade de gerente, administrador ou diretor de sociedade comercial ou cooperativa, para além de passar a ser automática, deixa de estar sujeita a um prazo de validade e, com isso, deixa de haver a necessidade de renovação, que até aqui tinha de ser feita ao fim de dois anos e com um custo associado de 40 euros.

Desde o seu lançamento, o serviço SCAP Empresas já simplificou a vida de mais de 500 mil empresas, agilizando o ambiente empresarial na celebração de contratos, em candidaturas a fundos, ou na demonstração dos poderes de vinculação

Desde o seu lançamento a 7 de janeiro, o serviço SCAP Empresas já simplificou a vida de mais de 500 mil empresas, agilizando o ambiente empresarial na celebração de contratos públicos, de contratos com outras empresas, em candidaturas a fundos nacionais e comunitários, ou na demonstração dos poderes de vinculação da empresa, evitando a submissão em paralelo de outros documentos comprovativos.

Quase 500 mil cidadãos diferentes passaram a ter a possibilidade de assinar ou autenticar-se com este serviço, tendo sido já efetuadas 101.921 autenticações e 111.282 assinaturas, e já foram atribuídos 7.645,880 poderes de representação num total de 695.080 processos automáticos ativos. De momento, apenas cerca de 50 mil pessoas coletivas e cidadãos não estão ainda abrangidos por faltarem dados.

Este é um caminho que deverá ser aprofundado no futuro, para assegurar uma completa transformação digital da Justiça, assente na simplificação e desmaterialização de procedimentos, que beneficie os cidadãos e permita que as oportunidades da tecnologia cheguem a todos, por igual.